

Narrativas do desenraizamento e narrativas da resistência: história oral de vida de famílias desapropriadas pela construção da usina hidrelétrica de Itaipu

CATIANE MATIELLO*

Introdução

Com o presente artigo pretendo compartilhar parte dos resultados da pesquisa de mestrado intitulada “Narrativas tecnológicas, desenraizamento e cultura de resistência: história oral de vida de famílias desapropriadas pela construção da usina hidrelétrica de Itaipu”, realizada no âmbito do Programa de Pós-Graduação em Tecnologia, da Universidade Tecnológica Federal do Paraná, em 2009 e 2010. A pesquisa teve como objetivo principal compreender as práticas, as representações e os significados que agricultoras e agricultores desapropriados pela implantação da usina hidrelétrica de Itaipu, construíram em torno deste momento de suas trajetórias. Para tanto, a abordagem metodológica utilizada foi a história oral de vida e resultou no registro de onze entrevistas que, inseridas num marco teórico composto por vertentes da história social e do campo de estudos em Ciência, Tecnologia e Sociedade (CTS), procuraram valorizar as experiências dos sujeitos no processo de desenvolvimento tecnológico. O recorte de que este trabalho procura dar conta, volta-se à duas dimensões verificadas nas narrativas produzidas: a do desenraizamento social e a da formação de uma cultura de resistência por parte das famílias, frente ao símbolo do processo modernizador que a hidrelétrica representou.

A usina de Itaipu foi construída no rio Paraná, entre o Brasil e o Paraguai, nas décadas de 1970 e 1980. Ao lado de outras obras gigantescas, como a Ponte Rio-Niterói e a Rodovia Transamazônica, inseriu-se no contexto de aceleração do crescimento econômico preconizado pela ditadura militar, baseado na industrialização financiada pelo capital externo. Nos discursos do governo, a construção de obras como a hidrelétrica ocupava papel de destaque, sendo tratada como fundamental à “segurança e ao desenvolvimento” do país. Mas as falas enaltecidas oficiais contradiziam o que era

* Mestre em Tecnologia pela Universidade Tecnológica Federal do Paraná (UTFPR). Pesquisa realizada com financiamento do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq).

vivido pelas famílias diretamente atingidas¹ pelo projeto, que assumia os contornos dos regimes autoritários, brasileiro e paraguaio, que o materializavam.

Em 1974, o canteiro de obras já estava sendo instalado e as informações que chegavam aos agricultores que viriam a ser desapropriados eram escassas, de tal modo que estes nem sequer imaginavam que viriam a ser atingidos. Pegos de surpresa, os agricultores assistiram nos anos seguintes a uma série de ações e estratégias da empresa binacional, que afinavam-se aos mesmos valores e critérios presentes nas opções que a concretizaram. Prazos de indenização não cumpridos, preços considerados inaceitáveis, critérios de indenização obscuros e a falta de uma política de reassentamento constituíam apenas alguns dos itens no conjunto de práticas que a empresa adotava para com a população atingida. O eminente desenraizamento das terras que há poucos anos haviam colonizado e nas quais haviam depositado trabalho, projetos e sonhos aumentava o temor pelo futuro incerto e a indignação pelo que estavam vivenciando.

Com o auxílio das igrejas luterana e católica e da Comissão Pastoral da Terra (CPT), o sentimento de revolta contra essa situação ganhou a dimensão de um movimento consciente da necessidade de lutar para que seus interesses fossem respeitados. Após dois anos de luta, o Movimento Justiça e Terra (MJT), assim denominado pelos agricultores, conquistou reajustes nos valores pagos e dois reassentamentos em Arapoti e Toledo/PR, marcando a história das lutas camponesas como exemplo e embrião para movimentos de amplitude nacional, como o MST (Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra) e o MAB (Movimento dos Atingidos por Barragens).

As entrevistas com agricultoras e agricultores desapropriados partiram de duas redes. Pessoas residentes no Oeste paranaense indicaram Seno e Hugo. O pastor da Igreja Luterana e coordenador da CPT na época das desapropriações, Werner Fuchs e o jornalista Juvêncio Mazzarollo, que cobriu a atuação do MJT ao lado dos agricultores, indicaram Silvênio, Marcelo e Justino, personagens que ocuparam papel importante no movimento. Juvêncio Mazzarollo e o pastor Werner Fuchs devido à grande participação no movimento, também foram incluídos como colaboradores, por acreditarmos que suas entrevistas pudessem enriquecer a composição da documentação. As esposas dos

1 Cerca de 60 mil pessoas foram desapropriadas para dar lugar à formação do lago da usina e à sua faixa de proteção, sendo 40 mil na margem brasileira e 20 mil na margem paraguaia.

colaboradores inicialmente indicados, que não haviam sido apontadas nas duas redes, foram incorporadas ao projeto, em perspectiva orientada pela valorização de suas experiências e pelas relações entre questões de gênero e sua condição de mulheres do campo. Dentre as mulheres, entrevistamos Deolinda, esposa de Marcelo, Maria, esposa de Justino, Dima, esposa de Silvênio e Anne, esposa de Seno.

As entrevistas foram realizadas sem questionários, de modo livre, pois a intenção era registrar histórias abrangentes no que diz respeito às etapas da vida dos colaboradores, mas pontual em alguns acontecimentos concernentes à especificidade do grupo (SANTOS, 1998: 62). Após as entrevistas, estas foram trabalhadas em três etapas: a transcrição, a textualização e a transcriação (MEIHY, 2005: 195)², seguidas de sua conferência por parte dos(as) colaboradores(as).

A análise das narrativas preocupou-se em trazer à tona sua dimensão social, observando a presença de práticas, valores e representações. Isso ocorreu a partir da identificação de temas e à medida em que estes temas eram estabelecidos, um referencial teórico foi pensado para auxiliar a mediação da análise. Assim, a narrativa foi compreendida enquanto construção que envolve experiência e memória e que carrega representações, práticas sociais e individuais que surgiram sobre a instalação da usina na região.

Desenraizamento e resistência: entre experiência, memória, práticas e representações

Observamos nas narrativas a constante descrição de práticas, tradições, costumes e formas de organização social situados em um momento anterior à chegada de Itaipu e vinculados ao espaço ocupado até então, compondo como que uma temporalidade distinta, relacionada à vida antes da implantação da usina. Observamos também que essas formas de relações sociais e práticas individuais ou coletivas são descritas enquanto submetidas a um processo de dissolução, decorrente da desapropriação. Para compreender estas experiências narradas e os significados

2 A realização das três etapas parte do pressuposto de que há diferenças entre a língua falada e a língua escrita. A transcrição é a passagem da narrativa registrada em áudio para o texto escrito. Na textualização retiram-se palavras sem peso semântico, as perguntas do pesquisador são incorporadas à fala do colaborador e o texto é reorganizado de modo a criar uma narrativa coesa e agradável de se ler. Em seguida realiza-se a transcriação. Com ela, o pesquisador procura reconstituir o momento da entrevista, interferindo no texto, de modo que o texto final revele emoções e o “tom” da entrevista.

atribuídos pelos colaboradores e colaboradoras à desapropriação, buscamos nos conceitos de enraizamento e desenraizamento, trabalhados por Simone Weil (1979) e Ecléa Bosi (2004), um referencial para a análise. O enraizamento, é assim descrito por Simone Weil:

O enraizamento é talvez a necessidade mais importante e mais desconhecida da alma humana. É uma das mais difíceis de definir. O ser humano tem uma raiz por sua participação real, ativa e natural na existência de uma coletividade que conserva vivos certos tesouros do passado e certos pressentimentos do futuro. Participação natural, isto é, que vem automaticamente do lugar, do nascimento, da profissão, do ambiente (WEIL, 1979: 347).

É no cotidiano, construído sobre formas de organização social, política e econômica, que as raízes se desenvolvem, por meio das experiências que ele possibilita. Quando há relações de dominação e de exploração econômica e política que submetem a cultura, a memória e os valores de um determinado grupo social a uma lógica pautada por outros interesses, segundo Weil, verifica-se o desenraizamento. Ecléa Bosi aproxima o conceito de desenraizamento de Weil da realidade brasileira, ao afirmar que no Brasil, a dominação econômica de uma região pela outra, a monocultura e a formação de pastagens dão origem a “um país de migrantes” (BOSI, 2004: 176) e que nessas condições seria mais justo pensar a cultura em termos de desenraizamento. Bosi analisa que não se trata de buscar o que se perdeu, afinal “as raízes já foram arrancadas”. O que importa é observar e analisar o que pode renascer nessa terra de erosão (Ibid: 177), dirigindo-se às representações, às significações e às lutas criadas pelas pessoas que resistem ao processo desenraizador, opondo-se a ele ou tentando subvertê-lo.

À ação propositiva dos sujeitos que recusam-se à se submeter ao desenraizamento, somamos as contribuições de E. P. Thompson, que ao tratar da formação da classe operária inglesa, considerou os valores e as experiências, constituintes do enraizamento dos sujeitos, como fundamentais para seu auto-fazer (THOMPSON, 1997). Nas narrativas verificam-se os indícios das práticas, hábitos, costumes e tradições, que forneceram elementos às experiências e que se articularam dinamicamente, dando sentido e orientando as ações pessoais e coletivas, bem como as significações elaboradas pelos colaboradores e colaboradoras em torno de seu desenraizamento.

O drama que algumas das narrativas revelaram ter sido a desapropriação, conformou-se à insegurança da situação de desenraizamento pela qual passariam e pode ser mais adequadamente compreendido ao passo que se considera a intensa ligação das pessoas com o espaço³ que ocupavam. A terra é algo que está muito além do fator de produção ou de seu preço de mercado e surge narrada a partir de sentimentos, como faz Silvênio ao relembrar de seu retorno ao local onde morava:

Eu voltei lá em novembro de 1982... Quando fui, vi aquela água toda. Porque lá onde eu morava tem 30 metros de água... Inundou tudo, tudo... onde tinha escola, onde tinha igreja, onde a gente começou... Nossa... Isso dói... Ah! Isso mexe com a pessoa! Não dá pra você entender o que é isso. A gente levou essa surra... foi difícil (Silvênio, 13/06/2009).

Outro elemento importante da relação das famílias com o espaço ocupado, é a terra como lugar do trabalho e de sociabilidade, da escola, da igreja. Isso pode ser encontrado nos relatos que falam das fortes relações de parentesco e vizinhança, a partir de práticas, hábitos, costumes e tradições vinculados ao meio em que a comunidade se assentou. Deolinda conta que a vizinhança que tinham era uma “maravilha”. Maria afirma que o grupo de vizinhos parecia “uma família só” e conta que até planos para comprar terras próximas, de modo a manter a mesma vizinhança após a desapropriação, foram feitos. Dima também se refere à grande interação entre os vizinhos, que sempre se visitavam, para afirmar que ela gostava do lugar.

A solidariedade estabelecida entre os membros da comunidade é outro dos elementos que transparece como fundamental. Ela está presente nas práticas do trabalho em mutirão para resolver o problema de uma ponte que precisava ser construída, como nos contam Maria e Justino, no auxílio para a colheita da soja, ou na doação de alimentos, como a carne, como conta Deolinda. A coesão da comunidade é empregada por Justino quando a compara como uma parede, composta por tijolos e que se enfraquece na medida em que Itaipu retira seus tijolos: “começaram a indenizar no meio das outras comunidades, para enfraquecer a base, que nem tirar tijolo do meio da parede” (Justino, 26/11/2009).

O lazer e os momentos de diversão constituem outra dimensão do cotidiano da

3 “O espaço se impõe através das condições que ele oferece para a produção, para a circulação, para a residência, para a comunicação, para o exercício da política, para o exercício das crenças, para o lazer e como condição de 'viver bem'. Como meio operacional, presta-se a uma avaliação objetiva e como meio percebido está subordinado a uma avaliação subjetiva. Mas o mesmo espaço pode ser visto como o terreno das operações individuais e coletivas, ou como realidade percebida.” (SANTOS, 2006: 34).

comunidade, sendo quase possível afirmar que eles se condicionam nas narrativas, à companhia dos vizinhos, nas rodas de chimarrão, nas práticas esportivas, nas festas religiosas e de aniversário.

Outra das formas fundamentais de integração da vida nas comunidades que viriam a ser desapropriadas residia na religiosidade católica e evangélica luterana. A religiosidade aparece como parte dos costumes e dos modos de vida, presente por meio das festas religiosas da Páscoa e do Natal e demais práticas, como novenas e participação em cultos e missas. Ela manifesta-se fisicamente, na presença das igrejas, dos salões e campos de futebol das paróquias, constituindo outros espaços de sociabilidade que abrigam também os momentos de lazer e descontração nas festas e esportes. Na participação nas práticas religiosas da comunidade está um índice que relata sua desagregação:

A gente estranhava tanto, porque primeiro a igreja sempre tava cheia. Cheia mesmo! Primeiro só crescia, todo dia era gente nova que sempre vinha, depois era o invertido, cada vez menos... E assim foi diminuindo, diminuindo, sempre menos, sempre menos. Porque daí as famílias começaram a sair e no fim da conta, ainda ficamos um dos últimos... E daí nos últimos tempos, que a gente tava morando lá, a gente chegava no domingo na igreja, e eles tavam falando: “Essa semana vão sair essa família, essa e essa...” e assim ia indo, sabe? (Maria, 26/11/2009).

E daí o último culto, foi um culto ecumênico, que fiz sozinho para uma família luterana, uma congregacional e uma católica, na varanda da casa de uma delas. E a gente fazendo o culto e escutando o vizinho martelando lá perto, tirando as coisas, as benfeitorias da propriedade dele. Isso foi na quarta-feira de cinzas de 1982. Marcou bastante porque foi nesse dia o fechamento da igreja. O fechamento da igreja de Itacorá, com três famílias, de três igrejas diferentes (Werner Fuchs, 12-13/04/2010).

Para aqueles que estabeleceram fortes vínculos de convivência com a comunidade local, que da terra dependiam e que cujos projetos estavam diretamente relacionados a ela, a desapropriação trouxe a insegurança, o esfacelamento de sonhos e a incerteza do mais básico à sua sobrevivência: a retirada do sustento a partir da terra.

Portanto, entre os agricultores, a notícia da desapropriação criou uma situação de crise, comprometendo os projetos de vida, de modo que a construção da usina passou a constituir um marco em suas histórias. Nesse sentido, a expressão de Justino é emblemática: “Foi como se acontecesse um acidente. Como alguém que vem andando na estrada, acontece um acidente e interrompe um bom caminho.” (Justino, 26/11/2009). Nas narrativas se verifica a instalação de um tempo de medo e incerteza:

As conversas eram cada vez mais frequentes e toda vez que se reuniam duas, três pessoas ao invés de se perguntarem “como é que vai o tempo?”, como era o normal, já se perguntavam se não tinham notícia de Itaipu. [...] Então era uma comunidade florescente, mas que estava sendo atormentada por essa conversa de Itaipu (Marcelo, 17/07/2009)

Portanto, se a terra é vista como elemento de enraizamento, a desapropriação, ao negá-la às famílias, obstruiu condições materiais de existência, mas também os valores e relações sociais que nela se assentavam. Quando o projeto da usina ameaçou e afetou o equilíbrio e a ordem experienciada na comunidade, observamos que a recusa foi o primeiro elemento a ser mobilizado pelas famílias como forma de resistência. Em sua entrevista, o pastor Werner Fuchs procurou descrever a expressão de sentimentos dos desapropriados durante as primeiras assembleias do Movimento Justiça e Terra e revelou essa dimensão subjetiva em uma síntese que procurava explicar o desespero dos agricultores e agricultoras:

Era aquela comoção geral: “Nós não sabemos para onde vamos”, “Faz três anos que nós entramos aqui, derrubamos mato e agora vem a Itaipu e quer tirar tudo de nós?” e aquelas coisas assim, sabe? Coisas dramáticas mesmo, da vida das pessoas... (Werner Fuchs, 12-13/04/2010).

Marcelo também afirma que ocorriam “ameaças de grupinhos e de pessoas isoladas”, que afirmavam “vou pro tudo ou nada!”, “eu mato!”, “vamos bombardear!”, “vamos fazer isto e aquilo...”, enunciando-as como “expressões de sentimentos, de uma revolta contra toda essa situação de coisas” (Marcelo, 17/07/2009). Mas na medida em que organizavam-se reuniões entre vizinhos e assembleias maiores, com a presença de representantes das igrejas, a resistência ganhou uma forma propositiva, com reivindicações baseadas no modo de vida da população. Ao estabelecerem o “terra por terra” como lema da luta, por exemplo, observa-se que a terra, com toda a expressão de valores culturais que ela assume, é retomada como referência. Na orientação às reivindicações e nas práticas desenvolvidas por agricultores e agricultoras, em suas formas de lutar, os costumes, destacadas a religiosidade e as relações de solidariedade da comunidade, se fazem presentes, sendo articulados como estratégia e como forma de garantir coragem, estímulo e perseverança para a luta.

Na oposição à relação que desenraíza, ocorreu o “fazer-se” do movimento dos agricultores:

Fazer-se, porque é um estudo sobre processo ativo que se deve tanto à ação

humana como aos condicionamentos. A classe operária não surgiu tal como o sol numa hora determinada. Ela estava presente ao seu próprio fazer-se. [...] Por classe, entendo um fenômeno histórico, que unifica uma série de acontecimentos díspares e aparentemente desconectados, tanto na matéria-prima da experiência como na consciência. Ressalto que é um fenômeno histórico. [...] A classe acontece quando alguns homens, como resultado de experiências comuns (herdadas ou compartilhadas), sentem e articulam a identidade de seus interesses entre si, e contra outros homens cujos interesses diferem (e geralmente se opõem) dos seus. [...] A consciência de classe é a forma como essas experiências são tratadas em termos culturais: encarnadas em tradições, sistemas de valores, ideias e formas institucionais. (THOMPSON, 1997: 9).

Dessa forma, entendemos que o MJT não surge somente como reação à uma mudança imposta, mas pela mudança ter sido vivenciada na vida social e cultural e repercutida nas ideias e valores humanos. Narrar a resistência é algo feito a partir de uma distinção básica, analisada pelos colaboradores que participaram do MJT: o tempo em que, diante de um cenário descrito como de desespero, a resistência se condensa na recusa e na indignação e as ações ainda aparecem desarticuladas, sem um sentido de luta coletiva organizada; e o tempo em que se inicia e consolida no processo de desapropriação, a luta coletiva, com o desenvolvimento de uma consciência de classe, estabelecimento de reivindicações e organização de ações.

Os colaboradores relatam que este contexto de incerteza, desinformação e injustiças, aumentava o quadro de tensão nas comunidades. Na situação descrita nas narrativas em termos de “desassossego” e de “tormento”, começa a ganhar contorno um inconformismo contra a nova situação que lhes era imposta. As intervenções de Itaipu passam a ser analisadas e encaradas como “estratégias” pensadas pela empresa, tanto para reduzir os custos de desapropriação, quanto para enfraquecer a união dos agricultores em suas queixas. A ideia de que algo precisava ser feito se instalava, mas os colaboradores afirmam que não sabiam exatamente o quê. Como afirmou Marcelo, “a tônica era sempre essa, de ter que fazer alguma coisa, mas não se sabia bem o quê” (Marcelo, 17/07/2009). Os agricultores, como eles mesmo analisam, compunham um grupo de pessoas cujas preocupações voltavam-se ao trabalho, sem uma formação direcionada à política. “Eu sabia era trabalhar, colher, comer e pronto”, afirma Silvênio.

Nesse sentido, a entrada em cena da Comissão Pastoral da Terra é colocada como um fator determinante pelos colaboradores no auxílio à organização. A atuação da CPT, bem como das igrejas católica e luterana, através de algumas autoridades religiosas, é observada positivamente. Silvênio compara a criação da Pastoral da Terra,

em 1975, no norte do Brasil, a “ganhar na loteria”, (Silvênio, 13/06/2009) dada a importância da formação de uma entidade voltada a auxiliá-los. Marcelo analisa a presença da CPT em sua ação aglutinadora, “amarrando as pontas” dos diversos focos de Foz do Iguaçu à Guaíra, dando origem a uma luta maior (Marcelo, 17/07/2009). Outro ponto das análises elaboradas pelos colaboradores, relacionadas à atuação da CPT, dos bispos, padres e pastores na região, é o destaque à postura de orientação e de formação de lideranças no seio da comunidade, deixando o protagonismo da luta para os agricultores:

E desde a primeira reunião que foi feita com os pastores, padres e bispos, foi deixado claro para si mesmos e para os agricultores que não era a igreja, que não era o bispo ou alguém que iria conduzir o movimento de resistência contra Itaipu, mas eles, os agricultores que deveriam conduzir. O problema era deles e eles tinham que assumi-lo coletivamente, solidariamente, com o apoio de bispos, padres, freiras, movimento cristão, políticos, etc. Então deu-se a oportunidade aos agricultores, quer dizer, ninguém assumiu o protagonismo dizendo “nós vamos organizar esse povo e vamos defender”. Não. O que eles disseram foi “Vocês vão se defender (Juvêncio, 28/11/2009).

É a partir de uma reflexão realizada com base em suas tradições e experiências, que eles confiam, participam das reuniões promovidas pelas entidades e que os aceitam ao seu lado na resistência. Dessa forma, a compreensão da confiança depositada na CPT e nas igrejas, passa pelo papel fundamental da religiosidade cristã na vida da comunidade.

A presença nas narrativas da utilização de espaços das igrejas para a organização de reuniões e assembleias, o emprego de expressões ligadas ao universo bíblico para caracterizar momentos da resistência (“muro das lamentações”, “fuga para o Egito”, “Davi e Golias”), a identificação de situações da luta à histórias bíblicas e as referências a eventos como a visita do Papa, compõem um grupo de manifestações que revelam a religiosidade como forma de legitimar, entender, buscar segurança e confiança para enfrentar os “grandes”:

Então na quinta à noite decidiram que iam trancar o escritório da Itaipu na segunda. E o pessoal perguntou: “E a chuva?”. Porque com uma chuva daquelas não saía daquelas estradas de chão vermelho. Daí lembro do Orestes Gasperin dizendo: “Se Deus está com a gente não vai chover, vai enxugar o tempo”. E no domingo parou de chover! Veio um vento e secou as estradas. Tava bonito! Não tinha nem pó! (Fuchs, 12-13/04/2010).

Então de imediato o pessoal identificou isso com a história da viúva de Sarepta, quando o profeta Elias disse que o azeite na botija e a farinha não iriam acabar até Jesus fazer chover de novo sobre aquela terra. Então eles

identificaram a mesma história. “A nossa história é igual àquela!”. Foi uma coisa muito bonita que o pessoal identificou (Fuchs, 12-13/04/2010).

Portanto, a fé motivava e dava a garantia de uma proteção superior, mas também era experienciada e reintegrada no âmbito de uma consciência de resistência, como nos mostra a narrativa de Silvênio:

Quando você entra nessas lutas, você tem que deixar essas coisas de lado. Você tem que viver aquele Deus e pensar na verdade do que Jesus Cristo fez. Ele não veio pra ser pendurado num templo. Não! Ele veio e assumiu a luta, por isso que ele morreu... tanto é que ele entrou no templo, pegou relho e virou mesa! Se ele fizesse isso hoje, todo mundo chamava ele de vândalo, porque ele fez um trabalho de vandalismo... Mas ele era um revolucionário (SILVÊNIO, 2009).

Outra dimensão do papel das igrejas na forma de luta elaborada pelos agricultores, era verificada na escolarização dos colaboradores, tendo em vista que vários estudaram em seminários católicos ou tem irmãos e parentes próximos, formados padres - o que era motivo de orgulho, segundo Juvêncio: “naquele tempo, o seminarista era 'A figura', tinha aquele prestígio, 'Ele vai ser padre!’” (Juvêncio, 28/11/2009) - e na formação de pessoas para ocupar funções dentro das igrejas. Pastor Werner Fuchs, ao comparar a organização do MJT com o início dos trabalhos com as comunidades que dariam origem ao MST distinguiu: “Porque no movimento de Itaipu, a gente tinha ministro de eucaristia, gente culta, que tinha participado de vários treinamentos, de cursos, centros de formação e tudo”. De acordo com ele, isso facilitou a organização das mobilizações. Marcelo Barth também afirma: “Em 1977, mais ou menos, eu comecei a me engajar mais fortemente na comunidade de Itacorá, que era o ponto central da região e comecei a participar ativamente da organização, da diretoria e também como ministro da eucaristia, participando de cursos e encontros, pra lá e pra cá...” (Marcelo, 17/07/2009). Estes papéis desempenhados dentro das igrejas, como a função de ministro da eucaristia, significavam assumir uma postura de liderança e de disponibilidade para servir à igreja e à comunidade, experiência que seria levada para o movimento.

Aos poucos, os agricultores foram ocupando seu espaço de luta política, elaborando reflexões e falas, a partir do vivido, para legitimar a batalha e negociar de forma pacífica (RIBEIRO, 2002: 34). Em cada uma das mobilizações, observa-se o emprego de uma série de estratégias de mobilização, conscientização, comunicação e incentivo. Uma das primeiras ações descritas por Marcelo, após definirem a organização da manifestação em frente ao escritório de Santa Helena, foi a produção dos cartazes

onde se dizia “Justiça e Terra”. A expressão que deu nome ao movimento foi escolhida, de acordo com Marcelo, por ele mesmo, após observar na parede da capela folhas e cartazes da Comissão de Justiça e Paz: “Ainda tinha na parede da capela os quadros do João Paulo II... tinha folhas e cartazes da Comissão de Justiça e Paz e eu meditando, cheguei à conclusão de que o nosso movimento teria que se chamar 'Justiça e Terra'” (Marcelo, 17/07/2009).

Há relatos do uso de foguetes para chamar a atenção da comunidade, da elaboração de faixas, cartazes, do uso de rádio para comunicar as mobilizações e até da criação da rádio “Justiça e Terra”, um aparato instalado com auxílio de microfone e auto-falante nos acampamentos. Além disso, publicações como o jornal “O nosso tempo” e como o boletim “Poeira”⁴, da CPT, eram reconhecidos como “aliados” do movimento. Juvêncio conta que os agricultores chegaram a apelidar “O nosso tempo” de “O diário oficial do movimento”, embora fosse semanal. Nas assembleias, os agricultores listavam suas reivindicações, que transformavam-se em atas, cartas, manifestos e abaixo-assinados enviados às autoridades e à imprensa nacional. Essas formas de organizar a resistência constituíam espaços criados para questionar o governo e repercutiam no cotidiano dos agricultores. Há também inúmeras poesias, contos e cordéis registrando o drama e a luta vividos. Usando de humor e ironia para com o discurso tecnológico de Itaipu, na caixa de som que fazia parte da “Rádio Justiça”, os agricultores colaram um cartaz que dizia “RÁDIO Justiça – 100% de Potência – com 8.000 Homens kilohörths de fôrça – Situado na rua da Injustiça”.

Marcelo, quando relata o episódio de enfrentamento entre os agricultores e o exército, no “Trevo da Vergonha” descreve o seguinte diálogo:

Ele disse que nós não poderíamos ir porque isso seria... como é que ele falou? Ah! Atrapalhar a ordem pública. Mas mais atrapalho da ordem pública do que nós estávamos passando há anos sem poder ter sossego, sem nada! Mas a linguagem e a gramática deles é diferente da nossa (Marcelo, 17/07/2009).

Portanto, na apropriação de um argumento utilizado pela empresa, essas estratégias também revelam a consciência da legitimidade de seus interesses e do uso de uma linguagem vinculada à uma ordem de interesses que não se identifica a dos agricultores. Acreditamos que essa consciência nasce com e na luta e se verifica

4 BOLETIM POEIRA. Ano V, n. 23, jul/ago, 1982; BOLETIM POEIRA. Ano 5, n.24, set/out, 1982.

também nas narrativas que inserem o processo de resistência num contexto maior: “Você vai aprendendo também, né? Aprende a fazer análise de conjuntura, análise do sistema...” (Silvênio, 13/07/2009). Nesta fala, Silvênio insere a problemática de Itaipu num contexto de desenvolvimento do país, questionando as opções vinculadas a um modelo excludente adotado. Neste processo, a organização do movimento estabeleceu práticas para seus encaminhamentos, como a constituição de comissões e assembleias, de modo que as lideranças nunca decidiam nada sozinhas: “Havia a comissão que discutia os encaminhamentos e tal, mas tudo, tudo era aprovado em assembleias. Se Itaipu oferecia um preço tal pela terra, os agricultores diziam 'Vamos conversar com a assembleia, vamos reunir o povo e se concordarem, tudo bem, se não...’” (Juvêncio, 28/11/2009). Essa característica é analisada pelo pastor Werner Fuchs como uma virtude dos movimentos sociais. O movimento, por ser uma coisa simples, ao contrário dos sindicatos, com seus nomes “feios” (“quorum”, “ata”, “protocolo”, “estatuto”), permite que as pessoas participem de forma mais ativa: “No movimento é simples. Tem a comissão, se a comissão não funciona, reúne e nomeia outra. [...] É um negócio muito mais chão, muito mais dinâmico. A briga é no aqui, no agora, se o pessoal não tá afim outras pessoas entram e assumem. É uma coisa muito mais dinâmica, mais fluída, com isso tem condições de penetrar nas frestas do sistema. [...] então essa diferença foi importante da gente descobrir ali.” (Werner Fuchs, 12-13/04/2010).

Essa característica foi transmitida aos movimentos sociais subsequentes a partir do compartilhar das experiências pela memória. Alguns dos colaboradores que participaram do MJT procuraram participar da organização de outros movimentos, o que é reflexo de uma cultura de resistência que se constituiu e consolidou no processo de luta contra as práticas do Estado. Silvênio afirma:

“Na época havia projetos para 25 hidrelétricas no Sul do Brasil. Então começou um projeto de barragem no Rio Grande do Sul, começaram outros projetos como a base de Alcântara, no Maranhão (...) não tinha como abandonar a luta, sabe? Porque foi um movimento histórico. Foi praticamente o primeiro movimento de trabalhadores rurais no Brasil (...) Essas lutas trazem muita experiência para fazer outras lutas...” (Silvênio, 13/07/2009).

Nesse sentido, como afirma M. E. Cevasco, a cultura é também produção material e longe de ocorrer no “‘mundo fantasmagórico do espírito’ articula de forma concreta o movimento da totalidade social. Se este é o caso, a cultura é um espaço relevante de luta.” (CEVASCO, 2001, p. 128).

Há também uma outra forma de resistência desenvolvida ao longo do processo, que situa-se nas narrativas das mulheres. Em seus relatos, elas revelaram não apenas suas formas de contribuição ao MJT, como também, uma forma distinta de lutar, resistindo em seus lares⁵. A experiência de resistência vivenciada pelas mulheres diante da expropriação coloca uma complexidade de questões. A breve reflexão que realizaremos se inspira no trabalho de N. Davis sobre a experiência de três mulheres do século XVII. Davis, em um belo prólogo construído sobre um diálogo entre autora e personagens, justifica-se para elas: “não as retratei simplesmente como sofredoras resignadas. Também mostrei como souberam tirar o máximo proveito de sua situação. Procurei ver as vantagens que tiveram por se situarem nas margens” (DAVIS, 1997: 13).

Portanto, a agricultura familiar reproduz papéis sócio-familiares construídos historicamente. Este costume repercutiu na atuação de homens e mulheres no movimento dos agricultores. Como mulheres e seus maridos afirmam nas entrevistas, a condição de ser agricultor coloca dificuldades de engajamento em lutas duradouras, pois seu sustento é retirado da terra. Portanto, o envolvimento dos homens no movimento, chegando a permanecer semanas fora de casa, impunha e relegava às mulheres a administração da propriedade e todos os trabalhos relativos à subsistência da família. Nesse sentido, a solidariedade constituinte do enraizamento foi articulada pelas mulheres para resistirem no espaço privado. Nas narrativas de Maria e Dima, surgem relatos de práticas de organização por elas realizadas, com o intuito de se auxiliarem na administração das propriedades:

A gente sempre tinha de ficar em casa porque as nossas crianças eram pequenas, e a outra cunhada também tinha as crianças pequenas, né? Daí tinha que ter gente em casa pra atender também as vacas de leite, tinha porco... (Maria, 26/11/2009).

Tinha as vacas de leite, então tinha que tirar o leite. A gente sofreu bastante também porque eles tavam lá direto e nós em casa fazendo serviço, colhendo milho. Nós colhia milho. Eu brochava os boi, não sei se tu sabe o que é... Nós brochava as criação, botava nas carroça e ia colher milho. Eu, minha cunhada e as criança... [...]

Daí às vezes, em sexta ou sábado, eu ia lá para Santa Helena, no movimento, com as crianças. Ia no sábado e voltava na segunda. Pegava o ônibus... Isso quando o marido da cunhada voltava. Aí num outro final de semana, dali um

5 Há relatos na bibliografia, nas entrevistas que produzimos e em outros documentos, que revelam a participação feminina no movimento, mas nas narrativas das mulheres que entrevistamos, observamos que sua luta travou-se no espaço privado.

mês, quinze dias, ela ia e daí eu ficava fazendo o serviço, tirando leite. Daí tirava leite lá na casa dela. Eu cuidava das coisas para ela e depois ela cuidava pra mim... Em Foz, fui só uma vez lá, acho que era pra Páscoa. É que se tem criança pequena não tem como ficar lá. O meu piá era pequeno, tinha dois aninhos... (Dima, 05/12/2009).

Como analisa Michelle Perrot, na luta contra as máquinas na França, na primeira metade do século XIX, as mulheres estiveram presentes, e duplamente presentes. “Como mulheres de operários, elas desempenham nas agitações seu papel tutelar de *donas-de-casa* que defendem o nível de vida da família, a qual necessita de 'trabalho e pão'. E isso tanto mais que motins por alimentos às vezes misturam-se ao luddismo.” (PERROT, 1992: 31, grifo no original). Assim, observamos que as mulheres se insurgem por si mesmas, defendendo o direito à terra e o modo de vida ligado a ela e com base nisso e em suas experiências, constroem suas próprias contra-narrativas:

O governo, a Itaipu, eles deviam ter dado pelo menos uma indenização mais decente... E a gente poder ter sobrevivido melhor, não dessa maneira.... Tirar a terra da gente daquele jeito... A terra que a gente sofreu tanto pra limpar, pra deixar em ponto de plantação, de cultivar, de poder colher os produtos de uma maneira mais decente. E a Itaipu vem, e diz que a gente tem que sair, pra deixar a terra pra eles.... Pra botar uma usina, pra levar luz lá para o estrangeiro. Que é que a gente tem que ver com isso? Eles deviam de ter feito outra coisa e não bancar uma... como se diz, é não respeitar a gente, né? Fazer a gente assinar os papel na marra, pra passar a terra pra eles. Eu digo assim: roubaram, né? Roubaram a terra de nós! Porque nós não fomos atrás de pedir, eles vieram pedir. E a gente não tava de acordo, pra quê que eles insistiram? (Deolinda, 17/07/2009).

Se não tinha o movimento, era capaz que vinha a água e nós tava lá morando ainda. Então a gente tinha que aceitar, ficar dentro de casa e cuidar das coisas (Dima, 05/12/2009).

As transformações que se processaram tornaram-se referências nas memórias dos sujeitos não apenas enquanto avaliação do processo posterior a elas, mas também enquanto um novo olhar para o passado. Se o tempo das notícias sobre “Itaipu”, relacionado ao desenraizamento, é marcado pela desagregação, o tempo do movimento e da resistência, é um tempo de sofrimento e dificuldade para homens e mulheres, mas sobretudo, de aprendizado e de engajamento. A participação no MJT constitui referência fundamental nas memórias dos colaboradores e colaboradoras entrevistados, sendo narrada por cada um a partir de sua consciência e experiência.

Considerações finais

Foi observado que a religiosidade e as relações de solidariedade da

comunidade foram empregadas na legitimação e sustentação da luta e que na formação de uma cultura de resistência, os(as) colaboradores(as) percebem na construção da usina relações de poder, escolhas econômicas e políticas, de modo que concepções de tecnologia caracterizadas pela neutralidade, determinismo e inexorabilidade, passaram a ser questionadas.

As relações com o meio, com a comunidade, são a fonte de uma visão de mundo, essenciais para compreendermos a defesa de um modo de vida que encontra na intimidade um alto sentido defensivo. É a partir desse passado, dessas tradições e costumes que os agricultores e agricultoras reivindicam as condições para manterem seu futuro. Se Itaipu se autodenominou como sinônimo de progresso e desenvolvimento, os agricultores que narram a resistência recorrem à memórias de violência e injustiças. Daí a importância de trabalhar com as falas dos agricultores, para dar voz aos sujeitos que sofreram com as arbitrariedades praticadas por representantes do “progresso” e que resistiram às forças deste desenvolvimento excludente criando, assim, condições para questionar as narrativas hegemônicas.

Referências

BOLETIM POEIRA. Ano V, n. 23, jul/ago, 1982.

BOLETIM POEIRA. Ano V, n. 24, set/out, 1982.

BOSI, Ecléa. **O tempo vivo da memória:** ensaios de psicologia social. São Paulo: Ateliê Editorial, 2004.

CEVASCO, Maria Elisa. Questões da teoria: o materialismo cultural. In: _____, **Para ler Raymond Williams.** São Paulo: Paz e Terra, 2001, p. 115-180.

DAVIS, Natalie Z. **Nas Margens:** três mulheres do século XVII. São Paulo: Companhia das Letras, 1997.

MEIHY, José C. S. B. **Manual de História Oral.** São Paulo: Edições Loyola, 2005.

PERROT, Michelle. Os operários e as máquinas na França durante a primeira metade do século XIX. In: _____. **Os excluídos da História:** operários, mulheres e prisioneiros. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.

RIBEIRO, Maria de F. B. **Memórias do concreto:** vozes na construção de Itaipu. Cascavel: Edunioeste, 2002.

SANTOS, Andréa P. dos. Objetividade histórica, subjetividade exposta: o trabalho de campo em história oral de vida com os militares de esquerda. **Neohistória**. São Paulo, n. 0, p. 53-70, 1998.

SANTOS, Milton. **A natureza do espaço. Técnica e tempo. Razão e emoção**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2006.

THOMPSON, Edward P. **A formação da classe operária inglesa: a árvore da liberdade**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1997.

WEIL, Simone. O desenraizamento. In: BOSI, Ecléa (org.). **A condição operária e outros estudos sobre a opressão**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979, p. 345-372.

Entrevistas

BARTH, Deolinda. Entrevista concedida a Catiane Matiello. Itanhangá/MT, 17 de jul. 2009.

BARTH, Justino. Entrevista concedida a Catiane Matiello. Ampére/PR, 26 nov. 2009.

BARTH, Marcelo. Entrevista concedida a Catiane Matiello. Itanhangá/MT, 17 jul. 2009.

BARTH, Maria. Entrevista concedida a Catiane Matiello. Ampére/PR, 26 nov. 2009.

FUCHS, Werner. Entrevista concedida a Catiane Matiello. Curitiba/PR, 12-13 abr. 2010.

KOLLING, Dima. Entrevista concedida a Catiane Matiello. Garuva/SC, 05 dez. 2009.

KOLLING, Silvênio. Entrevista concedida a Catiane Matiello. Garuva/SC, 13 jun. 2009.

MAZZAROLLO, Juvêncio. Entrevista concedida a Catiane Matiello. Foz do Iguaçu/PR, 28 nov. 2009.